

Assembleia da Adufrj-SSind discute adiamento das aulas

Segunda-feira, 2 de março

Será às 14h, no Auditório Manoel Maurício de Albuquerque, campus da Praia Vermelha.

PAUTA

- 1- Informes;
- 2- Adiamento do início das aulas em 2015-1:
 - condições de trabalho;
 - crise da terceirização na UFRJ;
- 3- Assuntos gerais.

www.adufrj.org.br



26,05% (Plano Verão):

Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind orienta professores sobre processo de revisão do cálculo do ganho judicial divulgado pela PR-4.

Página 8

UTRJ:

Universidade *Terceirizada* do Rio de Janeiro?

Kelvin Melo - 27/02/2015



Entrada do Bloco A do CT, na sexta pela manhã

Refém da terceirização, a UFRJ precisou adiar o primeiro semestre letivo da graduação deste dia 2 para 9 de março. O reitor Carlos Levi espera que, até aquela data, os serviços de limpeza sejam normalizados. Sem os essenciais terceirizados do setor – que, em geral, são submetidos a condições precárias de trabalho – e ainda sem a circulação dos milhares de alunos de graduação, a instituição já começava a acumular sujeira por todos os lados. A crise foi provocada pelo contingenciamento dos recursos do MEC e seu impacto no pagamento das empresas terceirizadas, que consomem quase metade do orçamento de custeio da universidade.

Página 2

Marco Fernandes - 26/02/2015



Banheiro feminino no prédio da reitoria, na quinta pela manhã

34º Congresso do Andes-SN define centralidade da luta para 2015

Páginas 4 e 5



Silvana Sá - 23/02/2015

Mais 50 professores chegam à UFRJ

Página 6

Consuni inicia preparativos para sucessão à reitoria

Página 3

PAINEL ADUFRJ

Maré protesta contra violência policial

Página 7

CRISE ORÇAMENTÁRIA

Refém da terceirização, UFRJ adia início das aulas

Reitor Carlos Levi reconhece que esta forma de privatização vai na contramão da eficiência administrativa

Declaração foi dada no Consuni de 26 de fevereiro

Elisa Monteiro
e Redação

Foi com plenário cheio e clima tenso que o reitor Carlos Levi abriu a sessão do Conselho Universitário do dia 26. Na ocasião, ele deu a justificativa do adiamento do começo do primeiro semestre letivo da UFRJ de 2 para 9 de março: a descontinuidade dos serviços prestados pelas empresas contratadas para setores de manutenção como limpeza, portarias, almoxarifado e afins. “Apesar dos esforços empenhados”, afirmou o reitor, “para garantir a tranquilidade das atividades acadêmicas, optamos por retardar o início do período em uma semana”. A decisão, segundo o dirigente, foi tomada após consulta emergencial à área acadêmica na véspera, dia 25. Algo que, como afirmou inexplícitamente, não teria maiores efeitos sobre o calendário da instituição.

Claro que, durante a reunião, a dependência da universidade em relação aos serviços terceirizados provocou muitas críticas. A decana do CFCH, Lília Pougy, apresentou moção do Centro em apoio aos funcionários com pagamento de salários e benefícios atrasados. Ela reivindicou um balanço sobre as diferentes formas de terceirização presentes na universidade. A professora qualificou como “instável, precária e desumana” a relação de trabalho implicada nesta prática administrativa.

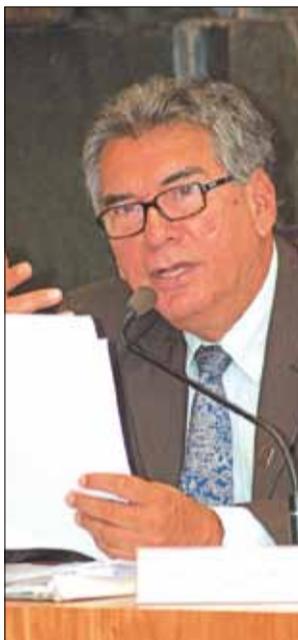
Gota d'água

Já Maria Malta (representante dos Adjuntos do CCJE) referiu-se à crise do Colégio de Aplicação, primeira Unidade a adiar as aulas pelo problema, como “apenas a ponta do iceberg”. Várias unidades manifestaram estar sem condições de dar início às atividades de ensino: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Nacional de Direito e Escola de Belas Artes descartaram começar aulas no dia 2, antes mesmo da decisão da reitoria. Além do CAP, a Escola de Educação Infantil,

cujo calendário acadêmico é antecipado, também havia paralisado o atendimento aos alunos. A Escola de Serviço Social, por sua vez, chegou a suspender as atividades de pesquisa e extensão, além da cessão de espaços internos para outras unidades.

“Hoje somos capazes de ver claramente a dimensão do significado da terceirização para o serviço público. Se pela precariedade ou pela alta rotatividade, ela inviabiliza nosso trabalho”, apontou Maria Malta. “Sob a falácia de uma suposta melhora de qualidade, nossa estrutura pública foi invadida pela terceirização. E agora temos os resultados. Esse é o momento de fazermos uma reflexão sobre a necessidade de recomposição dos nossos cargos. E afastar de vez Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) e afins”.

Carlos Levi reconheceu publicamente que “ao contrário do que se esperava”, a terceirização demonstrou ser “duplamente ineficiente” para a administração pública. Tanto em termos de relações de trabalho quanto financeiramente, sublinhou o reitor. “Não apenas na UFRJ, mas nas Ifes (Instituições Federais de Ensino Superior), de uma maneira geral, cada vez mais esse sistema tem mostrado toda sua dureza



“
A Universidade
fica refém
(das empresas)

“
Carlos Levi
Reitor da UFRJ

e perversidade”. Levi declarou “sensação de impotência” frente às amarras contratuais que limitariam a possibilidade de intervenção da universidade. “A Universidade fica refém (das empresas)”, resumiu.

Drama dos trabalhadores

Ainda durante a sessão, representando terceirizadas da limpeza do Centro de Tecnologia, Terezinha da Costa falou sobre a situação dramática das colegas: “Muitas estão com aluguel atrasado e ameaça de despejo”, relatou. Terezinha questionou os descontos nos contracheques de quem não compareceu aos postos de trabalho: “Como poderiam ir trabalhar sem pagamento?”. “São mulheres que trazem pano e cloro de casa porque a universidade e a empresa não dão material para trabalhar”, disparou.

De acordo com o reitor, porém, o repasse à firma Qualitecnica, responsável pelas funcionárias, foi regularizado. “Agora a responsabilidade é da empresa”, defendeu-se Levi.

Nota antecipou más notícias

O reitor ratificou a nota oficial, publicada ainda no dia 25, que esclarece que “Em virtude da não aprovação do orçamento da União para 2015, a universidade tem recebido recursos do Governo Federal em parcelas mensais, correspondentes a apenas 1/18 do orçamento proposto para este ano. No ano passado, deixaram de ser repassados à UFRJ quase R\$ 60 milhões, cerca de 20% de nosso orçamento”. Ainda segundo o documento, os serviços terceirizados correspondem atual-

Gastos com
terceirização
consomem
quase a
metade do
orçamento
de custeio
da UFRJ

mente a “praticamente metade” do orçamento anual de custeio (despesas correntes) e “portanto, qualquer alteração nos repasses às empresas tem impacto imediato e direto sobre a rotina da universidade”. O documento pode ser lido no site da UFRJ.

“Está tudo atrasado”, diz pró-reitora

De acordo com pró-reitora de Gestão e Governança (PR-6), Aracéli Cristina Ferreira, a administração central está fazendo “todo esforço no sentido de regularizar os contratos”. Contudo, os pagamentos em diferentes áreas foram inviabilizados por falta de recursos. “Não são apenas os terceirizados”, alertou. “Água, luz, telefonia... Sinceramente, está tudo atrasado”.

Fotos: Marco Fernandes - 26/02/2015



Mal-estar. Funcionária da limpeza do CT, Terezinha emocionou-se relatando as condições degradantes de trabalho do setor

SUCESSÃO DA REITORIA

Consuni revisa regras eleitorais

Participação ou não de aposentados e de alunos de EAD ou cursos pagos provocou polêmica na sessão do dia 26

Debate sobre o tema continua em 5 de março

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

O Conselho Universitário do dia 26 avaliou regras do processo de consulta à comunidade acadêmica (cujo primeiro turno está previsto para meados de abril) que indicará os nomes da lista tríplice à reitoria da UFRJ para o quadriênio 2015-2019. A discussão da ampliação dos universos eleitorais dos três segmentos (estudantes, professores e técnico-administrativos) foi a que tomou mais tempo dos conselheiros. A extensão do colégio eleitoral aos professores substitutos e de aposentados sem vínculo de atividades com a universidade foi rechaçada. Alunos tanto de ensino à distância quanto de cursos pagos foram incluídos na resolução ainda não finalizada. O debate sobre o tema continua em sessão extraordinária neste dia 5 de março.

A proposta de inclusão dos aposentados foi apresentada pela Comissão Eleitoral, sob questionamentos da Comissão de Legislação e Normas do Consuni. De acordo com o presidente da Comissão Eleitoral (CE), Luciano Coutinho, mesmo entre os integrantes da CE a alteração não era consensual. Segundo ele, havia três perspectivas: a de ampliação para todos os aposentados, manutenção da forma atual (apenas os eméritos participam do pleito) e ampliação com prévio cadastro. “A vencedora na Comissão foi a de participação de



Marco Fernandes - 26/02/2015

Olho no futuro. Universidade aprova novas normas para mais transparência na consulta à comunidade sobre próxima gestão

todos”, disse Luciano.

As implicações logísticas também foram consideradas. De acordo com o presidente da CE, a participação dos aposentados representaria cerca de mais cinco mil técnicos-administrativos (hoje em torno de 9.500) e aproximadamente mais 2.300 docentes (além dos 4.500 atuais).

O reitor Carlos Levi avaliou ser “inadequado, indevido e impertinente” o acréscimo da participação de aposentados no pleito, pois “não compõem corpo efetivo” da universidade. O posicionamento corroborou o parecer da CLN, apresentado por seu presidente, Segen Estefen, cujo objetivo teria sido “minimizar distor-

ções”. Ao fim, a ponderação sobre a pertinência de consulta àqueles ainda com “vínculo formal com atividades desenvolvidas pela universidade”, argumentada por Maria Malta (Adjuntos CCJE) deu o tom da resolução, que contemplou apenas os “colaboradores”.

Mudanças acatadas

Coutinho destacou também duas “inovações” em relação à fórmula anterior. A primeira foi a criação de mecanismos de transparência e prestações de contas para financiamento das campanhas (veto a doações de partidos políticos, sindicatos e empresas, por exemplo). Além disso, a CE

apontou para necessidade de redução dos votos em trânsito: “Eles não deixam de existir”, acrescentou, “mas há uma preocupação em evitar a duplicidade ou triplicidade de votos e com a morosidade decorrente desse processo”. Com as ressalvas em relação à ampliação do colégio eleitoral, o texto da CE foi aprovado pelos conselheiros.

Democracia real ainda distante

Conselheiros frisaram a limitação do processo de autoterminação da universidade. Neuzia Luzia (representante dos técnicos-administrativos) sublinhou a luta para superar a “imposição dos 70%, 15%,

15%”, ou seja, do maior peso para o voto docente. O destaque foi reforçado por Maria Malta (Adjuntos CCJE): “Fora do voto universal”, ressaltou, “estamos apenas tratando de detalhes. Os estudantes são a razão de ser da universidade”. A limitação do processo de “pesquisa”, ainda condicionada ao aval do Ministério da Educação, foi apontada por Pablo Benetti, pró-reitor de Extensão, e Vitor Iório (decano do CCJE). “Enquanto a votação tiver caráter de pesquisa e a universidade não puder escolher livremente, de forma direta, como queremos, estaremos longe da verdadeira autonomia”, ponderou o pró-reitor.

■ CRISE ORÇAMENTÁRIA

Colégio de Aplicação faz esforço para retornar neste dia 2

Terceiro ano do ensino médio já voltou às aulas

Em um esforço para contornar a crise com a terceirização da limpeza, que fez o Colégio de Aplicação da UFRJ adiar o início do ano escolar, o Conselho Pedagógico da unidade optou por iniciar as aulas da terceira série do ensino médio a

partir da última quinta-feira, 26. A vice-diretora do CAP, Miriam Kaiuca, explicou que a decisão levou em conta a questão da segurança. Segundo ela, o terceiro ano é uma turma com menor possibilidade de mexer com materiais que ofereçam risco.

Durante o Consuni do dia 26, Kaiuca informou que a escola abriu as portas para os 90 alunos do último segmento do ensino médio, mas que, em relação aos demais (a escola atende

756 estudantes do ensino básico), aguardava melhores condições de infraestrutura: “Ainda estamos com prazo de retorno em aberto por esse motivo”.

De acordo com a dirigente, um novo Conselho Pedagógico seria realizado em 27 de fevereiro (dia do fechamento desta edição), com a expectativa de resolução do problema de falta de pessoal para limpeza. Por enquanto, apenas metade do efetivo de funcionários terceirizados

da limpeza voltou ao trabalho. “Vamos avaliar a possibilidade de começar com os 756 alunos”.

Uma assembleia foi realizada na quarta-feira dia 25. Do encontro, foi aprovada uma carta de apoio aos trabalhadores que sofreram descontos significativos durante o período que não puderam trabalhar por não receberem pagamento: “Aproveitamos para denunciar a má qualidade dos contratos a que estão sujeitos esses trabalha-

dores, pois esse não é um fato isolado, pelo contrário, temos visto sua repetição, desestabilizando o nosso trabalho, trazendo transtornos e insegurança para nosso dia a dia, além de prejudicar diretamente nossos alunos, que diante dessa situação, encontram-se impossibilitados de ter acesso ao espaço escolar”, diz um trecho do documento assinado por professores e técnicos-administrativos da escola. (Elisa Monteiro)

34º CONGRESSO DO ANDES-SN

Caminho traçado neste ano

A defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, a unidade de classe com movimentos e entidades e a luta contra a mercantilização da educação fazem parte da tarefa do Andes-SN e de suas seções sindicais

Esta foi a centralidade da luta aprovada no evento de Brasília

Silvana Sá

Enviada especial a Brasília (DF)

A capital federal recebeu, de 23 a 28 de fevereiro, o 34º Congresso do Andes-SN. E a mais importante instância deliberativa da categoria docente, após um longo debate sobre a conjuntura, ainda no primeiro dia do evento, aprovou o eixo que norteará todas as ações do Sindicato Nacional e suas seções sindicais, em 2015: “Avançar na organização dos docentes e na unidade com movimentos e entidades classistas nacionais e internacionais para enfrentar a mercantilização da educação e intensificar a luta pela valorização do magistério, combatendo as políticas neoliberais e defender intransigentemente os direitos dos trabalhadores”.

O texto tomou como base o Texto de Resolução (TR) apresentado pela diretoria nacional e incorporou sugestões de professores da base. Ao longo da plenária do primeiro dia, que durou cerca de cinco horas, diversas proposições foram discutidas com a preocupação geral de organizar a categoria docente para enfrentar as retiradas de direitos de toda a classe trabalhadora. Uma das propostas, apresentadas pelo presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, como resultado de Assembleia Geral da Seção Sindical, sugeria que fosse introduzida na Centralidade da Luta a organização de um segundo Encontro Nacional de Educação — o primeiro ocorreu em agosto de 2014, no Rio de Janeiro. “A centralidade da luta para 2015 deve indicar uma agenda de organização mais concreta”, defendeu o dirigente.

O entendimento da Adufrj-SSind era que um novo ENE ajudaria a organizar e aglutinar forças com todo o setor da educação, além da própria base do Sindicato Nacional, para barrar especialmente o Plano Nacional de Educação do governo, que descaracteriza a educação pública e coloca como política formal a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. A organização dos trabalhadores da educação, com foco na categoria docente, foi apontada como desafio e necessária tarefa para o próximo período, dadas a violência e a



Fotos: Silvana Sá

Plenária de centralidade da luta, ainda no primeiro dia do Congresso do Sindicato, aprovou os eixos do próximo período

“ Com a crise, o capital tem necessidade de tomar conta da educação como forma de sobrevivência. Ele ganha com a oferta e ganha com o tipo de formação que disponibiliza nas escolas e universidades.

Cláudio Ribeiro
Presidente da Adufrj-SSind

velocidade das medidas que atacam a classe trabalhadora.

Por uma diferença de 30 votos, no entanto, venceu a proposta construída a partir do texto apresentado pela diretoria nacional, sem referência explícita a um Encontro Nacional de Educação.

A análise da Adufrj-SSind

O presidente da Adufrj-SSind afirmou que o dinamismo da conjuntura ocorre muito em função da velocidade com que o capitalismo se readequa à realidade para ganhar fôlego e explorar outros espaços e áreas, especialmente em momentos de crise. “O caso do massacre



dos estudantes da educação básica no México é uma síntese de como, em nível mundial, o capital e os governos combatem aqueles que se levantam contra a política privatista. E de como o capitalismo necessita e reproduz a barbárie”. Em segundo lugar, apontou Cláudio Ribeiro, o ano de 2014, durante os debates eleitorais, já demonstrava o descaso com a universidade pública. “A universidade estava fora dos debates eleitorais. Não havia uma discussão sobre qual era a função social da universidade. O que foi colocado foi a força do ensino técnico aligeirado e de programas de transferência de recursos públicos para

Números

O 34º Congresso do Andes-SN, que tem por tarefa aprofundar as análises políticas para 2015 e atualizar o Plano de Lutas do Sindicato Nacional, contou com a participação de 71 seções sindicais.

Foram

339 delegados
7 convidados
62 observadores

33 diretores
do Sindicato
Nacional

O evento foi coberto por 14 jornalistas do Andes-SN e de seções sindicais, dentre elas, a Adufrj-SSind.

O tema central do evento foi:

“Manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação”.

Mais sobre o Congresso do Sindicato na próxima edição do **Jornal da Adufrj**.

a iniciativa privada”.

O Plano Nacional de Educação (PNE) atual, para o docente, configura-se como o ataque mais forte e mais desestruturante para toda a educação pública e que deve ser combatido com força pelos movimentos sindicais e sociais. “Ele ressignificou o termo ‘público’. Hoje, no Brasil, educação pública é defendida pelo governo e por setores que o apoiam como uma política de parceria público-privada”.

Na análise da Seção Sindical, apresentada por Cláudio, esses elementos ajudam a configurar o tamanho do desafio e da necessidade de organização da

classe trabalhadora. “Com a crise, o capital tem necessidade de tomar conta da educação como forma de sobrevivência. É uma necessidade dupla: de auferir lucro e de interferir determinantemente na educação da classe trabalhadora. Ele ganha com a oferta e ganha com o tipo de formação que disponibiliza nas escolas e universidades. No Brasil, fica clara a característica do capitalismo dependente: esse capital é financiado pela verba pública, pelo Estado”. Ou seja, o desvio de foco da função social da universidade e o PNE aprovado pelo governo justificam e sustentam a mercantilização da educação.

MOVIMENTO

Lançada a Campanha Salarial Unificada dos SPF para 2015

Política salarial permanente, com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias, data-base em 1º de maio e paridade salarial entre ativos e aposentados são algumas das reivindicações

Reunião com o MPOG está marcada para 20 de março

Silvana Sá

Enviada especial a Brasília (DF)

Na manhã de 25 de fevereiro, mais de 500 servidores públicos federais lançaram a Campanha Salarial Unificada 2015. A atividade ocorreu na frente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Os trabalhadores tentaram ser recebidos pelo ministro Nelson Barbosa, mas o governo recusou-se a atender os servidores. A polícia fechou o acesso ao interior do prédio.

Depois de um apitaço na porta do ministério, os trabalhadores protocolaram a pauta de reivindicações. Entre os itens, estão: reajuste linear de 27,3%, política salarial permanente, com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias, data-base em 1º de maio, direito de negociação coletiva, conforme previsto na Convenção 151 (da Organização Internacional do Trabalho) e paridade salarial entre ativos e aposentados. Confira a relação completa em www.adufrj.org.br.

Junto às reivindicações, também foi solicitada a antecipação da reunião de apresentação da pauta e abertura de negociações (até o momento, um encontro com o MPOG está programado para



Paulo Rizzo, do Andes-SN, no ato em frente ao MPOG: "Será um ano de grandes enfrentamentos e precisamos estar preparados"

20 de março).

Paulo Barela, da CSP-Conlutas, informou que o objetivo é tentar que essa reunião ocorra até 10 de março. Mês que, aliás, deverá ser de mobilizações nos estados. Já para os dias 7, 8 e 9 de abril, está programada a Jornada de Lutas dos SPF, com caravanas que sairão de todo o país rumo à capital federal. "Entendemos que realizamos um ato de lançamento vitorioso, com representantes de várias centrais sindicais e sindicatos. A presença do Andes-SN com sua base fortalece nosso ato e nossa luta unificada", afirmou o dirigente, em referên-

cia à grande participação dos professores universitários — o 34º congresso da categoria foi realizado em Brasília, de 23 a 28 de fevereiro.

O presidente do Sindicato Nacional, Paulo Rizzo, afirmou que os trabalhadores não aceitarão pagar o ônus da crise financeira e conclamou os docentes à luta. "Temos uma pauta unificada, contra todos os ataques sofridos pelos trabalhadores. Este é um ano diferenciado. A crise se aprofunda e várias conquistas históricas da classe trabalhadora estão sendo retiradas. Será um ano de grandes enfrentamentos e precisamos estar preparados".



■ 34º CONGRESSO DO ANDES-SN

Ato e Seminário contra a privatização da Saúde no Rio

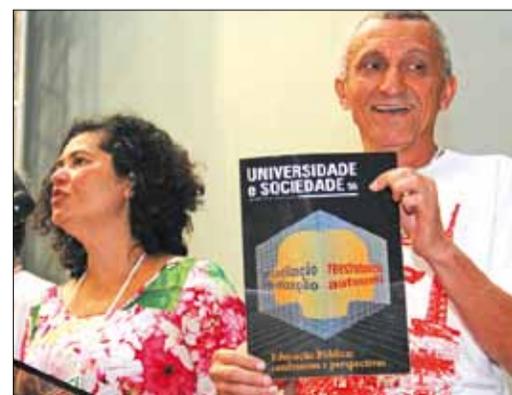
Durante o 34º Congresso do Andes-SN, Gustavo Gomes, da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, tratou da mobilização do movimento docente contra os ataques vividos também no Sistema Único de Saúde (SUS). Uma das lutas, que atinge os hospitais universitários federais, é contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). "São muitos os enfrentamentos e só por meio da ampla uni-

dade é que conseguiremos resistir e avançar no projeto de uma saúde pública, integral, gratuita, universal e de qualidade". Ele informou a data do V Seminário Nacional Contra a Privatização da Saúde. Será nos dias 27, 28 e 29 de março, no Rio de Janeiro.

Vale lembrar que, no próximo dia 6, está programado um ato nacional na cidade contra a privatização do SUS e contra a Ebserh.

Nova edição da Revista Universidade e Sociedade

Em Brasília, foi lançada a 55ª edição da revista quadrimestral do Sindicato, a Universidade e Sociedade. A publicação traz diversos artigos que versam sobre o tema "Educação Pública: confrontos e perspectivas", além de: uma entrevista com Marinalva Oliveira, presidente do Andes-SN na gestão 2012-2014, uma homenagem ao poeta Manoel de Barros e um ensaio fotográfico do I Encontro Nacional de Educação (ENE), realizado em agosto de 2014, no Rio de Janeiro.



Publicação do Sindicato também homenageia o poeta Manoel de Barros



Uma das atividades da recepção ocorreu no Salão Nobre do CCMN

Mais algumas caras novas

Adufrj-SSind participa de recepção organizada pela administração central e alerta para desafios de 2015

Vinte dos recém-chegados reforçam o CCS

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufjrj.org.br

Muitos rostos jovens marcaram a primeira leva de docentes empossados na UFRJ em 2015. O grupo de 50 pessoas foi recepcionado pela pró-reitoria de Pessoal (PR-4), entre os dias 23 e 24, no CCMN.

Maior Centro da universidade, o CCS vai receber boa parte deles (20, sendo 11 só para a Faculdade de Medicina). Dos seis do Centro de Artes e Letras, quatro se destinam à Escola de Belas Artes. Enquanto no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), um terço, três dos nove concursados, atende ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS).

Convidada a falar aos recém-chegados, a diretoria da Adufrj-SSind destacou a situação difícil pela qual

passa a universidade pública brasileira, em função dos cortes no já reduzido orçamento do Ministério da Educação (MEC). Luciana Boiteux (1ª vice-presidente da Seção Sindical) citou a recente crise para pagamento das empresas terceirizadas que prestam serviços de manutenção na universidade: entre outros reflexos, a situação causou o adiamento do início do semestre letivo do Colégio de Aplicação (o adiamento geral foi comunicado pela reitoria no dia seguinte a esta atividade).

Luciana observou que, apesar da luta travada pelo Sindicato Nacional, na greve de 2012, os novos professores ingressam em uma carreira desestruturada por ação do governo federal. Outra perda recente para categoria está na redução drástica de direitos previdenciários, com a instituição da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos (Funpresp), limitando o recebimento dos proventos ao teto do Regime Geral de Previdência Social.

Condições de trabalho

A precariedade das novas estruturas, criadas a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), ou nas antigas, foi sublinhada por Boiteux. Três dos cinquenta empossados atuarão no campus Macaé. Aos colegas do Norte Fluminense, a dirigente fez uma saudação especial: “Queremos estar cada vez mais presentes em Macaé!”.

Novas filiações

No encontro com os mais novos quadros da UFRJ, Luciana e Romildo Bomfim (2º secretário) distribuíram materiais informativos sobre a Seção Sindical e reforçaram a importância da organização dos trabalhadores da Educação e filiação à entidade. A mensagem surtiu efeito: 17 dos 50 docentes preencheram e entregaram fichas de sindicalização no próprio evento ou até o dia seguinte.

Sonho de ser professora

Yara Furtado, 55, a mais nova aquisição da Faculdade de Medicina, já conhece bem a carreira e a rotina docente. Com quatro anos de experiência na Unirio, Yara demonstra animação: “Ser professora sempre foi um sonho”, justifica. Ela completou sua formação na UFRJ e, por isso, relata estar à vontade com o futuro local de trabalho.



Yara Furtado

Miriam Wernek, 36, ingressa no Instituto de Biofísica, depois de atuar como pesquisadora associada do Instituto Nacional do Câncer (Inca). O concurso foi o terceiro da vida, sendo o segundo para docente. Seu processo seletivo ocorreu em agosto de 2014. Miriam afirma estar familiarizada com as dificuldades da universidade, pois se graduou e se pós-graduou na casa. E mostra-se otimista: “Agora há até banheiros”, brincou. Em sua visão, os institutos hoje estão “mais atentos à necessi-

dade de manutenção dos prédios”. “Mas é claro que o ideal seria a instituição manter uma estrutura digna, incluindo os banheiros”, completou.

O mineiro Flávio Carvalhaes, 30, reforça o quadro docente do Departamento de Sociologia (IFCS). O concurso foi seu quarto processo seletivo, mas o primeiro para a UFRJ. Na bagagem, traz uma experiência na FGV e entusiasmo com a migração para um “departamento bem avaliado”. Sua expectativa é desenvolver uma carreira interessante, “começando na graduação, mas o quanto antes na pós-graduação também”. As dificuldades em relação ao local de trabalho, “um prédio antigo, mas muito bonito”, ainda não o preocupam. A ideia de trabalhar no Centro do Rio agrada ao jovem docente. O mesmo não diz em relação às mudanças previdenciárias que afirma acompanhar com mais apreensão.



Flávio Carvalhaes

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368
Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1ª Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2ª Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2ª Tesoureira: Regina Pugliese
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda **Escola de Serviço Social** Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes **Faculdade de Educação** Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher **Escola de Comunicação** Luiz Carlos Brito Paternostro **Faculdade de Administração e Ciências Contábeis** Antônio José Barbosa de Oliveira **Instituto de Economia** Alexis Nicolas Saludjian **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional** Cecília Campello do Amaral Mello **Faculdade Nacional de Direito** Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo** Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras **Escola de Belas Artes** Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues **Faculdade de Letras** Gumercinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira **Escola de Educação Física e Desportos** Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca **Escola de Enfermagem Anna Nery** Walcy de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho **Coppe** Vera Maria Martins Salim **Escola Politécnica** José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra **Coordenador de Comunicação** Luiz Carlos Maranhão **Editor Assistente** Kelvin Melo de Carvalho **Reportagem** Silvana Sá e Elisa Monteiro **Projeto Gráfico e Diagramação** Douglas Pereira **Estagiários** Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su **Tiragem** 4.000 **E-mails:** adufjrj@adufjrj.org.br e secretaria@adufjrj.org.br **Redação:** comunica@adufjrj.org.br **Cadernos Adufrj:** revista@adufjrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufjrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufjrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufjrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Maré protesta contra violência policial

Dezenas de moradores da Maré realizaram um protesto (foto) na noite de segunda-feira (23) contra a violência policial nas comunidades da região. Eles chegaram a interditar a Linha Amarela, no sentido do campus

Fundão da UFRJ. Faixas e cartazes cobriram o fim dos autos de resistência e criticaram a atuação das forças de segurança públicas. “Os terroristas vestem fardas”, dizia uma delas. No Congresso do Andes-SN,

em Brasília, a professora Vera Salim (da Coppe) fez um relato emocionado sobre a situação que ocorre há anos, bem ao lado do campus da ilha do Fundão, da UFRJ: “É muito duro trabalhar ao lado da Maré, sabendo que

lá os jovens, da idade ou mais novos que meus alunos, estão sendo exterminados pela política de segurança pública que forja a paz. Isso é problema do movimento docente, sim. É uma questão de classe”, afirmou.

Samuel Tosta - 23/02/2015



Pesar

O Consuni do último dia 26 aprovou moção de pesar à família do professor Geraldo Cidade, que faleceu em 19 de fevereiro. Geraldo ingressou na UFRJ em 1993 e no período de 2008 a 2014 liderou o processo de institucionalização do polo da universidade em Xerém.

Greve faz governo recuar no Paraná

Hermes Leão, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, destacou, na página eletrônica da entidade, a força do movimento: “O governo teve que recuar de sua decisão de destruir as carreiras dos educadores, quando foi obrigado, pela manifestação da categoria, a retirar os projetos de lei que nos retiravam direitos”, afirma. O mais recente ato dos educadores, no dia 25, reuniu 50 mil pessoas em uma marcha pelas ruas de Curitiba.

O Comando de Greve definiu que a Assembleia Estadual será na próxima quarta-feira, dia 4 de março, em Curitiba. Até lá, a greve geral continua e somente na assembleia serão definidas as próximas ações da paralisação.

Solidariedade entre professores e operários

Durante uma das plenárias do Congresso do Andes-SN, em Brasília, trabalhadores e trabalhadoras do Comperj apareceram para fazer uma saudação ao movimento docente e agradecer o apoio do Sindicato Nacional e, especialmente das seções sindicais do Rio de Janeiro, à sua luta. Após ouvirem, em coro: “Obrigado, professor!”, os docentes responderam emocionados: “Somos todos trabalhadores”.

Os operários, na capital federal, reuniram-se com representantes do Ministério do Trabalho, do Ministério da Justiça, além de parlamentares, em busca de soluções para o impasse. Além de não receberem há meses (a empreiteira responsável desapareceu), eles não conseguem buscar emprego em outros lugares. A direção da Petrobras, que é a contratante da obra do Comperj, tem ignorado os pleitos dos trabalhadores.



Além de visitarem o Congresso do Andes-SN, trabalhadores do Comperj também reforçaram ato dos servidores públicos federais do dia 25 de fevereiro

Ciência Móvel

Em 2015, a Casa da Ciência da UFRJ, em Botafogo, completa 20 anos e inicia as comemorações apresentando o projeto Ciência Móvel – Vida e Saúde para Todos — Arte e Ciência sobre Rodas, do Museu da Vida/Fiocruz. Será de 3 a 29 de março. De terça a sexta, de 9h às 20h, e aos sábados, domingos e feriados, das 10h às 20h. Fecha às segundas.

A exposição é um espaço repleto de experimentos interativos para descobrir e explorar fenômenos da ciência. O visitante poderá observar, por exemplo, uma mini-usina hidrelétrica.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



JURÍDICO

“Revisão” dos 26,05% causa apreensão na universidade

PR-4 orienta Unidades para autuar administrativamente beneficiários da ação do chamado Plano Verão

Jurídico da Adufrj-SSind apresenta recomendações aos professores

Desde o último dia 12, um comunicado da pró-reitoria de Pessoal da UFRJ (PR-4) tem causado preocupação entre professores e funcionários técnico-administrativos da universidade. No texto, assinado pelo pró-reitor Roberto Gambine, as seções de Pessoal de cada Unidade são orientadas a autuar administrativamente cada servidor beneficiário do ganho judicial dos 26,05% (Plano Verão) com a finalidade de “revisão dos cálculos”.

A justificativa seria uma determinação do Tribunal de Con-

tas da União de 2013, segundo o qual a UFRJ estaria fazendo os pagamentos do percentual com uma metodologia diferente da estabelecida em Acórdãos (2.161/2005 e 269/2012) do próprio TCU.

De acordo com a nova metodologia, serão considerados os aumentos gerais concedidos aos servidores públicos e recalculada a parcela com a absorção das reestruturações remuneratórias posteriores (até a determinação do TCU, em 2013), ocorridas nas carreiras dos servidores docentes e técnicos-administrativos. No período, houve, por exemplo, dois reajustes gerais (um de 3,5%, em 2001, e outro de 1%, em 2003).

O prazo para conclusão da autuação dos processos é março de 2015. A partir da notificação, os servidores terão o prazo de dez dias para apresentar seus

recursos de defesa. Em seguida, a PR-4 analisa e delibera sobre a matéria. Em mensagem aos conselheiros do Consuni, Gambine afirma que “a reitoria da UFRJ assume o compromisso de acompanhar os desdobramentos dessa ação, não tomando decisões antes da análise das contrarrazões que venham a ser apresentadas por todos os servidores interessados”.

Histórico

O Plano Verão, editado em 15/01/89, “congelou” os preços e salários e também extinguiu o reajuste salarial baseado na variação da URP (unidade de referência de preços). Esta medida suprimiu o reajuste nos salários de todos os trabalhadores pela URP de fevereiro/89, promovendo a perda de 26,05%.

Em 30 de agosto de 1993, a ação do Plano Verão da Adufrj-

SSind, reclamação trabalhista 841/90, obteve decisão favorável (acórdão) no Tribunal Regional do Trabalho. E esta foi a última decisão judicial de julgamento quanto ao mérito do processo na justiça do trabalho.

A seção sindical conseguiu em 1994 a extensão administrativa para todos os docentes (não só os listados no processo), inclusive os novos que ingressaram depois de 1989. Em 1996, no entanto, não se sabe exatamente por que motivo, a reitoria estabeleceu que apenas os professores que tinham ingressado na UFRJ até dezembro de 1994 e constavam na listagem do processo teriam direito ao ganho, retirando o pagamento dos demais e limitando a extensão administrativa a esta data. Em 2003, o então reitor Aloísio Teixeira, utilizando a autonomia de seu cargo, estendeu, por Ato

Administrativo, o pagamento dos 26,05% a todos os servidores da UFRJ.

Orientações da Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind

Para a assessoria jurídica da Adufrj-SSind, existe ação que assegura o pagamento do percentual aos docentes e a decisão de pagamento está mantida, apesar das interpretações do TCU. A assessoria orienta os professores que sejam individualmente notificados a procurar a Seção Sindical e a deixar cópia de toda a documentação recebida. De qualquer forma, é importante salientar que o prazo para apresentação das defesas apenas se inicia a partir da intimação do servidor. A assessoria jurídica também analisa a possibilidade de fazer uma defesa coletiva para todos os docentes que sejam notificados.

Adufrj e a história

O movimento de resistência à ditadura se ampliava quando a Associação dos Docentes da UFRJ nasceu, em 1979.

De lá até aqui, muita história foi escrita no país de contradições profundas.

A série **Depoimentos** registra a visão dos fatos históricos do período pelo olhar dos presidentes dos diversos mandatos da Adufrj.*

TV ADUFRJ

apresenta

Série
DEPOIMENTOS
35 anos de história



Todas as **terças e sextas** no **site da Adufrj**, no nosso canal no **Youtube** e nos perfis da Seção Sindical nas **redes sociais**. Nesta terça, **3 de março, Roberto Leher**. Na sexta, **6 de março, Sara Granemann**.

*Hoje chamada Adufrj-SSind, seção sindical dos docentes